

Discursos e vozes na cobertura jornalística das COP15 e 16

Ilza Maria Tourinho Girardi

Doutora; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
ilza.girardi@ufrgs.br

Carine Massierer

Mestre; Emater/RS;
cmassierer@yahoo.com.br

Cláudia Herte de Moraes

Doutoranda; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
chmoraes@gmail.com

Eloisa Beling Loose

Doutoranda; Universidade Federal do Paraná (UFPR);
eloisa.loose@gmail.com

Gisele Neuls

Mestre; Matiz Caboclo Comunicação Ambiental;
gisele@matizcaboclo.com.br

Reges Schwaab

Doutor; Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP);
reges.ts@gmail.com

Ângela Camana

Mestranda; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
angela.camana@hotmail.com

Laura Gertz

Graduanda; Université Paris 8;
laura.gertz@yahoo.com.br

Resumo: O texto apresenta um exercício de análise da cobertura das Conferências da ONU sobre Mudanças Climáticas, COP 15 e 16, em revistas brasileiras publicadas em 2009 e 2010. Examina como foi construído o discurso sobre sustentabilidade e quais foram as vozes acionadas. Por meio da leitura produzida, teórica e metodologicamente baseada na análise do discurso e das fontes, foi possível evidenciar a predominância de um discurso ecotecnocrático e a opção privilegiada por fontes dos campos político e econômico.

Palavras-chave: Jornalismo. Cobertura. Discurso. Fontes. Sustentabilidade.

1 O Ponto de partida

Este artigo tem o objetivo de apresentar os discursos e as fontes de informação presentes na cobertura de revistas brasileiras acerca da 15ª e da 16ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC¹), realizadas em 2009, na Dinamarca, e em 2010, no México, respectivamente².

A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC). Trata-se da associação de todos os países membros, as Partes, que se reúne anualmente por duas semanas, desde 1995. Participam dessas reuniões delegados governamentais, organizações observadoras e jornalistas. O objetivo é avaliar o estado das alterações climáticas e a eficácia do tratado da convenção, examinar as atividades dos países membros e discutir novos mecanismos e metas (UNFCCC, 2011).

A opção pelas reportagens sobre o tema, publicadas no período de 5 a 20 de dezembro de 2009 e de 27 de novembro a 12 de dezembro de 2010, nas revistas *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*, se deve ao fato de que estes veículos são considerados espaços referência, de presença e expressão de líderes políticos, de instituições sociais e associações representativas e servem de referência sobre a realidade brasileira. Este qualificador não se relaciona apenas com tiragem e/ou circulação, mas também com a importância que estes veículos têm sobre a opinião pública do país. Imbert e Beneyto (1986) enquadram a imprensa de referência como um novo espaço público, partícipe da socialização e cidadania, que permite aos discursos públicos excluídos do cenário político emergir questões que dão suporte à escolha feita para a pesquisa.

Apresenta-se a seguir a importância das Conferências no contexto político das discussões sobre as mudanças do clima, a opção metodológica pela Análise do Discurso (AD) de linha francesa e a análise de fontes a partir das teorias do jornalismo.

2 Papel e impasses nas conferências do clima

Uma das mais importantes Conferências das Partes foi a COP3, realizada em Quioto em 1997, marcada pela adoção do Protocolo de Quioto, com metas de redução de emissões pelos países desenvolvidos constantes no chamado Anexo A. Esse evento é chave para compreender a importância das duas conferências em análise neste trabalho.

O Protocolo de Quioto é, até o momento da realização destes eventos, o único compromisso de redução das emissões com força de lei para os países que o ratificaram. Sob a pressão de estabelecer o compromisso dos 195 países signatários da UNFCCC para o pós-Quioto, a COP15 foi considerada o encontro mais importante da história recente dos acordos multilaterais ambientais. O evento, realizado entre 7 e 18 de dezembro de 2009 em Copenhague, na Dinamarca, mobilizou lideranças políticas, cientistas, organizações da sociedade civil e imprensa em uma dimensão só vista a propósito da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Rio92. A COP15 teve 3.880 jornalistas cadastrados, quase quatro vezes mais que na Rio92. Mesmo considerando que 80% dos jornalistas presentes eram de países desenvolvidos, a cobertura brasileira mereceu destaque. Dos 600 jornalistas de países do G77 e China, cerca de 100 eram de veículos brasileiros. A conferência também apareceu com muito destaque nos veículos de internet e redes sociais como *Twitter* (PAINTER, 2010).

A expectativa gerada em torno da COP15 foi proporcional à frustração provocada por seu resultado tímido. A participação expressiva de chefes de estado – mais de 100, um número até então inédito nas COP do clima – em lugar de resultar na esperada assinatura de um acordo pós-Quioto, favoreceu o acirramento de impasses diplomáticos, explicitou novas correlações de forças na geografia política do clima e terminou em um acordo de estrutura vaga com suas partes mais significativas, os apêndices com as metas de redução de emissões dos países, em branco (ABRANCHES, 2010).

A tensão vivida em Copenhague durante as duas semanas da COP15 influenciou a repercussão da conferência seguinte, realizada entre 29 de novembro e 10 de dezembro em Cancún, no México. A maioria dos países cumpriu, ao longo de

2010, a promessa de registrar suas metas voluntárias, permitindo assim que as discussões de Cancún tivessem continuidade. Decisões importantes foram consensualizadas, tais como a criação de mecanismos para transferência de tecnologias limpas e preservação das florestas, bem como do fundo de ajuda à adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Mesmo assim, a repercussão da COP16 foi bem inferior a de sua precedente. Cancún credenciou cerca de 1.200 jornalistas, um terço de Copenhague, e a cobertura do evento sobre o clima nos maiores veículos mundiais no ano de 2010 teve uma queda de 70% com relação a 2009 (PAINTER, 2011).

Estes números mostram pelo menos dois fenômenos: um midiático e outro político. No plano midiático destaca-se a grande mobilização de jornalistas. No político evidencia-se a limitação do processo diplomático no âmbito das Nações Unidas para tratar de um tema tão complexo e tensionador dos conflitos econômicos entre os países. Essa discussão está posta desde Copenhague e diferentes propostas vêm sendo apresentadas, desde a criação de um órgão regulador nos moldes da Organização Mundial do Comércio até a reforma da própria UNFCCC (ABRANCHES, 2010).

O descompasso entre o ritmo das discussões e o agravamento do problema é gritante. Segundo o levantamento anual da Agência Internacional de Energia (AIE), as emissões de gás carbônico relacionadas à geração de energia subiram 5% em 2010 e encostaram no volume de emissões calculado pela AIE como aceitável para o ano de 2020, considerando o crescimento da economia mundial em um cenário de baixo carbono. Ou seja, segue-se galopando velozmente para um cenário de mudanças irreversíveis no clima, que poderão comprometer o estado de holoceno³, que permitiu o florescimento da humanidade nos últimos milênios.

3 Os Discursos

Para analisar de que forma se dá a construção do discurso sobre sustentabilidade, é necessário levar em conta que a temática é foco de disputas de sentido (e de poder), visto que há inúmeras interpretações sobre o que é, afinal, sustentabilidade.

Compreende-se que a sustentabilidade é a capacidade de um sistema ou de um processo de existir de forma equilibrada por um determinado tempo. Essa capacidade está presente numa sociedade quando ela se organiza de tal forma que consegue garantir o direito à vida de todos os seres que dela fazem parte⁴. Esta ideia está alinhada à corrente teórica ecossocial, explicitada mais adiante, cuja perspectiva é adotada neste trabalho.

Cabe destacar que a expressão “desenvolvimento sustentável” ganhou terreno a partir dos anos 1970 e, pelas conferências de Estocolmo e Rio92⁵, mantém o sentido de centralidade do ser humano na natureza, ou seja, uma relação antropocêntrica na qual cabe ao homem o uso da natureza (considerada um recurso), para seu único benefício. O conceito pode ser aplicado em diferentes espaços e interesses sociais devido à amplitude de sentidos que permeiam a definição consolidada a partir do relatório *Nosso Futuro Comum* da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em 1987, na qual o desenvolvimento sustentável é posto como aquele que procura satisfazer as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.

Logo, ao analisar discursos sobre sustentabilidade, muitas áreas de sentido são acionadas. Elas estão, em algum momento, ligadas ao tipo de relação que a humanidade estabeleceu, historicamente, com a natureza. A expressão "desenvolvimento sustentável" é, desta forma, a cristalização deste movimento de sentidos. Na medida em que o desenvolvimento continua sendo a ideia central, há múltiplas interpretações, mas um discurso hegemônico (RAYNAUT, 2006).

Por outro lado, ao discurso que possa ser entendido como hegemônico, se contrapõe um movimento de sentidos outros, que passam a questionar a predominância do olhar antropocêntrico construído pelo desenvolvimento sustentável. Não se busca a verdade, mas o sentido da sustentabilidade. Desta forma, pensar o discurso sobre sustentabilidade nas revistas brasileiras se organiza a partir do referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa. Pois, para Orlandi (2010, p.26) “não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.”.

O movimento de compreensão se dá a partir do exercício de interpretação que busca os sentidos (ou os efeitos de sentido) que são ofertados pelos discursos analisados. Segundo Maria Cristina Leandro Ferreira (2001) o sentido não existe em si mesmo, mas somente é constituído pela referência às condições de produção dos discursos. Ou seja, “[...] muda de acordo com a formação ideológica de quem ou (re)produz, bem como de quem o interpreta.”. Com isso, afirma-se que a língua não é transparente, mas se move na relação entre interlocutores, e de acordo com as determinações sociais e históricas. Em AD, as condições de produção envolvem tanto os sujeitos quando a situação e os modos como a memória é acionada na construção do discurso.

Este ambiente discursivo que se forma na contemporaneidade em torno das questões ambientais traça as condições de produção dos discursos que se relacionam com formações discursivas diversas e heterogêneas. Pêcheux (1995, p.160) conceitua formação discursiva como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

Benetti (2008) afirma que a AD é especialmente produtiva para o mapeamento de vozes e identificação de sentidos, sendo, assim, considerada adequada aos nossos objetivos de pesquisa. A AD é, portanto, a escolha teórica e metodológica para compreender como as revistas de referência brasileiras produzem sentidos sobre sustentabilidade na cobertura das Conferências sobre Mudanças Climáticas da ONU (COP).

Como um suporte auxiliar, busca-se ideias sobre “sustentabilidade” em duas principais correntes teóricas propostas por Caporal e Costabeber (2000): a ecotecnocrática e a ecossocial. A corrente ecotecnocrática, calcada em alicerces econômicos, é uma construção de ideias que aponta soluções para as mudanças climáticas através das novas tecnologias e mecanismos de mercado. Este discurso não critica os padrões desenvolvimentistas e de consumo, mas busca adaptá-los para mitigar seus efeitos sobre o clima. Teoricamente, afasta-se dos conceitos de ecologia por manter a imagem da natureza como objeto dissociado da sociedade e a disposição para exploração pelo homem, visão esta presente na sociedade ocidental

desde a revolução industrial.

Já a corrente ecossocial leva em consideração a disparidade econômica e social entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, criticando e pondo em cheque as propostas de cunho mercantil. Os partidários desta linha apontam que mecanismos de taxação por dano ambiental e compensação de danos acabariam por legitimar os países mais capitalizados a poluírem, uma vez que estes “comprariam” o direito de fazê-lo. Esta corrente problematiza o consumo ilimitado das sociedades modernas e prega uma mudança na relação do homem com a natureza, já que ele faz parte da natureza, e o respeito às diferentes culturas e modos de vida.

Para esta análise denominam-se tais correntes de discursos ecotecnocrático e ecossocial, ou seja, procura-se identificar nas formações discursivas as marcas das duas correntes e a existência de predominância de uma sobre a outra. A seguir apontam-se os principais resultados da análise empreendida, a partir dos textos coletados na cobertura da COP15 e da COP16 nas revistas brasileiras. O objetivo é buscar os vestígios das condições de produção do discurso sobre a sustentabilidade em função das marcas discursivas dos textos.

No Brasil, a COP15 gerou especiais e grandes reportagens das quatro principais revistas semanais. Foram sete reportagens em *Veja*; 11 na *IstoÉ*; 13 em *Época* e 11 publicados na *Carta Capital*. Na COP16, o espaço dos veículos analisados foi muito reduzido, sendo que apenas *IstoÉ* e *Época* publicaram duas reportagens cada uma. Esta relação de espaço para as conferências se deve ao grande apelo mundial e expectativas geradas em 2009, enquanto que em 2010 a crise e a falta de confiança em um acordo global tiveram mais impacto.

Como procedimento metodológico, adota-se a análise de sequências discursivas (SDs), que permitem colocar em evidência as relações entre o discurso e a exterioridade deste modo de dizer. Neste artigo, apresentam-se algumas SDs analisadas, a título de exemplo. Pela própria diferença quantitativa no *corpus* das diferentes COP (2009 e 2010), o leitor encontrará mais exemplos da cobertura realizada em 2009.

3.1 Veja

Na revista *Veja* predomina o discurso ecotecnocrático, na medida em que a maior parte das reportagens está alinhada à visão liberal e com forte otimismo tecnológico:

SD1 - A questão central – como fazer para conciliar crescimento econômico com ações de redução de emissões de gases de efeito estufa – se unirão os lobbies da indústria do petróleo e do carvão e a turma que fez da molécula de CO₂ a nova trincheira na guerra para sabotar o capitalismo. (Veja, 09/12/2009).

Na SD1, o discurso de *Veja* está baseado nas influências e jogo econômico de companhias de energia, enquanto que os ambientalistas estariam atuando na redução de gases para “sabotar o capitalismo”. Desta forma, estabelecem a busca de tecnologias limpas como mais importante que a redução de emissões. A ideia da incerteza das projeções científicas é tratada como um argumento a favor da busca de tecnologias para a alta produção de alimentos, por exemplo. Outro ponto abordado neste viés econômico-tecnológico é a adoção da engenharia genética, mencionada na SD2, na qual aparece inclusive como fonte o diretor da empresa Monsanto, reconhecida no fomento ao uso de transgênicos no mundo. Na menção à Revolução Verde, a matéria da *Veja* não informa que a duplicação da produção se deu graças aos insumos ditos modernos, como adubação com nitrogênio, fósforo e potássio e os agrotóxicos, todos altamente nocivos ao meio ambiente. Além disso, o aumento da produção também se deu devido ao avanço da fronteira agrícola sobre florestas, campos e outros biomas que deveriam ser protegidos:

SD2 - A única saída para que o homem não seja vítima da profecia malthusiana de escassez de comida estará mais uma vez na tecnologia. Graças à Revolução Verde dos anos 60, liderada pelo cientista americano e prêmio Nobel Norman Borlaug (1914-2009), a produtividade agrícola mais que dobrou. Agora será preciso dar um novo salto. [...] Apesar de ainda despertar um sem-número de polêmicas, a engenharia genética é vista como a salvação para o futuro da comida no planeta. “[...] Isso eleva os ganhos de produtividade em até 10%”, afirmou a VEJA Rodrigo Santos, diretor da Monsanto. (Veja, 16/12/2009).

3.2 *IstoÉ*

Na revista *IstoÉ*, a chamada de capa para o especial da COP15 traduz o foco geral da revista:

SD3 - “Conferência de Copenhague – É pior do que você imagina. Movidos por interesses econômicos, os líderes globais não chegam a um acordo sobre o clima e deixam o planeta à mercê da fúria da natureza. Quais as consequências disso na sua vida?” (*IstoÉ*, 22/12/2009).

Nesta SD3, transparece a preocupação política das definições mundiais sobre o clima, elaborando a questão de forma distante do leitor comum, já que a ideia de líder global enfatiza personalidades de grande poder e até certo ponto inalcançáveis. Também articula a ideia da natureza enfurecida, mitificadora da relação sociedade/natureza. Os aspectos cotidianos, consequências ou atos de prevenção, são colocados como resultados destas definições econômicas do meio político. Na cobertura da COP16, a revista trouxe ainda mais este tom monocausal, expressando um apelo apenas às questões políticas:

SD4 - O encontro de Cancún é visto com atenção pelos países em desenvolvimento, que esperam pelo detalhamento dos mecanismos de financiamento para ações de corte de emissões e adaptação às mudanças climáticas. (*IstoÉ*, 08/12/2010).

A memória deste discurso exemplificado na SD4 assinala para uma divisão clara entre os países mais ricos e os mais pobres. Apontando para uma passividade ou incapacidade dos países em desenvolvimento nas ações ambientais, joga-se um papel preponderante e quase que exclusivo ao poder e à política na definição do caminho a seguir. A visão de mundo, ou seja, o discurso de *IstoÉ*, encontra-se, desta forma, entre a corrente ecotecnocrática e a ecossocial, pois tanto a ciência e o otimismo tecnológico aparecem como visões alternativas com tintas humanistas de relação com a natureza, incluindo alguns conceitos de ecodesenvolvimento, como demonstrado a seguir:

SD5 - O consenso que falta: o ecológico. A mudança no rumo do desenvolvimento só será possível se o mundo deixar de ser uma grande fábrica de papéis financeiros que têm origem na necessidade de consumo inconsciente e desenfreado. (*IstoÉ*, 22/12/2009).

3.3 Época

Na visão de mundo apresentada pela revista *Época*, há componentes da visão ecotecnocrática, especialmente vinculando as tarefas de preservação aos mecanismos de mercado, como indenizações e compensações, e pela via da tecnociência, sob as quais novas tecnologias podem atuar em favor de diminuir a emissão de gases estufa. Esta corrente posiciona-se muito pouco em relação às contradições do desenvolvimento, colocado como princípio fundamental da sociedade.

Por outro lado, podem-se perceber algumas nuances da corrente da sustentabilidade de cunho ecossocial, na medida em que valores de comunidades tradicionais (como catadores de castanha, seringueiros e agricultores) são colocados como importantes na preservação dos ecossistemas e para o equilíbrio climático, como se pode ver na sequência a seguir:

SD6 - São 6 milhões de pessoas que ainda vivem praticamente da coleta e da caça. Eles cuidam de 35% da região, território equivalente a todos os Estados do Sudeste. [...] Essas florestas geridas pelos coletores têm metade da taxa de desmatamento dos parques, mais vulneráveis ao fogo e a invasões por madeireiros e pecuaristas (*Época*, 14/12/2009).

3.4 Carta Capital

Verifica-se que as reportagens publicadas por *Carta Capital* referem-se à sustentabilidade a partir da corrente ecotecnocrática, vinculada, essencialmente, ao pensamento e discurso neoliberal, em que o importante é manter o crescimento econômico contínuo e atuando por mecanismos de mercado, tal qual o aludido mercado de baixo carbono. Mesmo criticando a tentativa de um acordo global, que não teria condições de ser feito, a revista não apresenta, em contrapartida, outra possibilidade, a não ser a via da negociação política entre os países. Embora reconhecendo algumas contradições entre ricos e pobres, em relação aos efeitos do aquecimento, as consequências ambientais e sociais estão sempre à sombra da política e da economia. Não há espaço para qualquer diversidade de ideias ou culturas.

Ao compreender o contexto das conferências e quais os discursos predominantes, apresenta-se em seguida a análise das fontes jornalísticas que

ganharam voz durante a cobertura.

4 As Fontes presentes

Para compreender a influência das fontes na cobertura das COP15 e COP16, parte-se do referencial teórico do *newsmaking*, que entende a notícia como construção social a partir da organização jornalística, das rotinas de produção, dos valores/notícia e das fontes. Desde a apuração, que inclui o contato com as fontes, até a construção dos textos, o acontecimento é descontextualizado e recontextualizado. Esse processo é realizado pelo jornalista, que lança mão de critérios jornalisticamente definidos, assim como de outros, subjetivos, difíceis de apreender, mas igualmente relevantes na definição de quais as informações vão permanecer na disputa por um espaço na edição do dia seguinte.

O acesso às fontes é ferramenta essencial de trabalho do jornalista, pois é ele que vai dar os subsídios para a construção da notícia. No entanto, nem todas as fontes têm potencialidade de serem acessadas pela imprensa. Wolf (2005) avalia que nem todas as fontes são igualmente relevantes, assim como a distribuição de seu acesso aos jornalistas não ocorre de maneira uniforme.

Erbolato (1985) considera fonte qualquer pessoa que presta informações ao repórter, como as agências noticiosas, sucursais do interior e do exterior, agências de variedades, informantes, correspondentes, entidades públicas e privadas, sindicatos e associações, assessorias de imprensas governamentais e privadas, os amigos do pessoal e do jornal e os voluntários (pessoas que sugerem). Quem em última instância confere ao interlocutor o status de agente ou fonte, portanto, é o jornalista.

Nas pautas de meio ambiente, são fontes as pessoas ligadas a esta área, como representantes de secretarias municipais, estaduais e órgãos federais, cientistas e profissionais ligados a universidades e agências de notícias. Com a proliferação dos serviços de assessoria de imprensa, bem como a utilização mais intensiva da internet, houve consideráveis modificações nas práticas das redações. O contato pessoal com as fontes acabou por diminuir em função de determinados usos dos meios eletrônicos nos processos jornalísticos. Assim, a possibilidade de uma

ocorrência ser identificada pelos jornalistas e transformada em notícia é maior quando os envolvidos integram o sistema que faz tais informações chegarem aos veículos.

Fontes e instituições com assessorias de imprensa especializadas têm mais chance de serem reconhecidas pelos jornalistas do que aqueles que não contam com esse apoio. Alsina (1989, p. 29) escreve que:

[...] ao estudar a natureza do acontecimento, constato as inter-relações do mesmo com o sistema que lhe dá sentido. Como é natural, sempre me remeto, em última instância, ao sistema dos *mass media*. Ao determinar as características do acontecimento faço referência expressa aos meios de comunicação. [...] De minha parte, tenho relacionado o acontecimento-notícia com a realidade social a partir da noção da construção da realidade como produção de sentido através da prática produtiva e das rotinas organizativas da profissão jornalística. Por consequência, a concepção desta construção da realidade variará segundo o caráter que se outorgue a própria realidade social.

Os fatores que direcionam a escolha de uma fonte pelos jornalistas estão forte-mente ligados à necessidade de gerar um produto informativo dentro de um período de tempo determinado (GANS, 1979⁶ apud WOLF, 2005). Os fatores são a oportunidade de contatar a fonte; a produtividade; a fidedignidade; a confiabilidade e a responsabilidade. A credibilidade da fonte conta muito nessa relação, pois se o entrevistado é considerado confiável, a informação que ele está repassando aos jornalistas também o será. Pressupõe-se que as fontes oficiais são mais confiáveis ou, pelo menos, que uma versão oficial deve aparecer na matéria, por este motivo muitas vezes a credibilidade está ligada à hierarquia de poder a qual está vinculada.

A relação dos repórteres com as fontes institucionais segue a lógica da “dupla conveniência” apontada por Chaparro (1994). Para as fontes é extremamente vantajoso divulgar suas informações dentro de um veículo jornalístico, segundo a percepção do público. Já os jornalistas têm acesso a uma grande quantidade de informações confiáveis, necessárias para alimentar o jornal. Os jornalistas consideram confiáveis essas informações pelo fato de serem oficiais. Todavia, como enfatiza Souza (2005), por princípio elas devem ser verificadas sempre.

Ao optar por fontes institucionais, os jornalistas têm a possibilidade maior de contar com informações e dados complementares, o que exclui muitas outras fontes. A questão relativa à fidedignidade expõe um ponto de vista interessante: a fonte tem

que ser fidedigna para que suas informações possam ser utilizadas sem a verificação com outras fontes.

A busca pelas fontes não é um processo casual, mas também não pode ser considerado arbitrário. O repórter, ao apurar uma informação, busca sua fonte dentre várias opções, baseado em alguns critérios mais ou menos definidos pela prática jornalística. Não se pode negar que há um jogo de forças entre as fontes, especialmente aquelas institucionalizadas ou com interesses que vão além da notícia, e os jornalistas. Nesse processo, um precisa do outro: o repórter necessita das informações para apurar sua notícia (e quanto mais exclusivas, melhor) e a fonte, em muitos casos, tem interesse em ter seu nome relacionado ao fato ou até mesmo em que determinado tipo de informação seja divulgado.

Os jornalistas estão conscientes dessas negociações e as tratam com naturalidade na rotina cotidiana. Mas mesmo depositando confiança nas fontes, a identificação correta dos fatos a serem noticiados exige muita atenção dos profissionais para que não se tornem vítimas de artimanhas políticas. Portanto, a tendência da procura por fontes junto às organizações de poder instituídas se amplia cada vez mais por ser parte do ritual jornalístico, como afirma Soloski (1999, p.91). Segundo o autor, o “[...] lugar natural para encontrar fontes com valor noticioso será na estrutura do poder da sociedade por-que os jornalistas veem o atual sistema político-econômico como um estado de coisas natural.”.

Ao abordar fontes em meio ambiente, cita-se Strauch (2002) que, ao analisar comparativamente o conteúdo sobre meio ambiente publicado em *Zero Hora*, *Correio do Povo*, *O Sul* e *Jornal do Comércio*⁷ conclui que o grupo que mais obtém espaço para falar de meio ambiente na mídia é o governamental, seguido do empresarial e depois pelas organizações não-governamentais (ONGs). Parratt (2006) também apresenta os dados de uma pesquisa realizada pelo American Press Institute, onde a maioria dos jornalistas ambientais afirma que as fontes que eles mais utilizam - seguindo um padrão que se repete em quase todos os países desenvolvidos - são as governamentais, seguidas por peritos e cientistas:

La explicación que daban al primer dato era que las fuentes oficiales representan el uso legítimo del poder por lo que son más creíbles, bastante fáciles de contactar y en la mayoría de los casos están habituadas a hablar con periodistas. Es un gobierno quien suele declarar una crisis, quien legisla en materia ambiental, y de él proceden la mayoría de las notas de prensa que reciben diariamente los medios de comunicación. Pero esto tiene el inconveniente de que se presta a la manipulación de los periodistas que no recurren a otras fuentes para obtener información y evaluaciones objetivas, bien por falta de tiempo o por desconocimiento (PARRATT, 2006, p. 37).

Nas matérias jornalísticas a respeito da COP15, foi detectado que em *IstoÉ* as fontes acionadas são do campo político e científico, enquanto que em *Veja* a predominância é pela busca de pessoas relacionadas ao campo científico, seguido pelo governamental.

A revista *Carta Capital* mostra uma presença maciça de políticos e cita órgãos e instâncias políticas de variados países e nacionalidades, especialmente da Europa. O tom econômico, contudo, é sobreposto a quase todas as questões, o que pode ser confirmado pelo uso das fontes de empresas e de agentes econômicos tais como Banco Mundial, OMC, FMI, etc. Por isso, afirma-se que o campo mais acionado pela *Carta Capital* foi o político-econômico.

Na *Época* os cientistas formam o grupo mais citado. As empresas ocupam lugar de destaque e, na sequência, os governos e as fontes da área econômica. Os ambientalistas são também ouvidos ou citados, demonstrando questionamentos sobre os rumos tomados tanto por governos, economia e empresas.

Já ao analisar a cobertura da COP16, na revista *IstoÉ*, observa-se que das 21 fontes citadas no conjunto de textos predominam as dos campos político e governamental, enquanto *Época* citou 24 fontes, a maioria proveniente da área científica, seguida do grupo governamental e político.

As fontes mais acionadas são do campo científico e político-econômico, sendo que poucas vezes outras fontes que não representassem o poder instituído na sociedade foram procuradas pelos jornalistas. Para além dos dados numéricos, é de se considerar que ao permitir que uma fonte figure em seu espaço, o jornalismo tece com ela, ou a partir dela, sua rede discursiva, aderindo ou refutando determinadas filiações. Ao trazê-las para dentro do seu discurso, o jornalismo, nomeia quem pode ou está socialmente revestido de autoridade para falar de meio ambiente.

5 Considerações finais

Neste trabalho demonstra-se que, apesar das COP serem eventos que mobilizam o campo da sustentabilidade ambiental, a cobertura jornalística tende a perceber e repre-sentar o assunto “mudanças climáticas” como uma disputa circunscrita aos campos político e econômico. E isto é feito a partir das fontes escolhidas para recontextualizar o acontecimento no espaço dos veículos e também pelas maneiras de dizer (por meio de seus discursos).

Ao concluir a pesquisa sobre o discurso da sustentabilidade na cobertura das COP15 e COP16, percebe-se que as revistas analisadas têm dificuldade em construir uma reportagem sob a perspectiva da sustentabilidade real (em termos da corrente ecossocial), mas ao contrário se organizam em torno do conceito do desenvolvimento sustentável (que se vincula ao pensamento ecotecnocrático). Na análise do discurso, porém verifica-se que há marcas, ainda que superficiais, do discurso ecossocial, no qual as propostas mercantilistas não são superiores ao bem-estar sócio-ambiental. Salienta-se, contudo, que é a visão ecotecnocrática que se estabelece como dominante nos discursos nos dois anos estudados, 2009 e 2010.

A conclusão é de que, nas revistas analisadas, dar voz predominantemente para as fontes institucionais/oficiais faz com que os dizeres “relevantes” nas coberturas das COP15 e COP16 sejam desviados, discursivamente falando, para os campos de interesse das fontes (econômico, político ou científico). Sabe-se que a construção jornalística depende também destas fontes para elaborar um discurso que tenha verossimilhança com os fatos. Percebe-se, porém, a falta de pluralidade de fontes na cobertura de um tema amplo e que diz respeito (direta ou indiretamente) a todos os campos, pois está relacionado ao futuro do planeta e de todos os seres que o habitam.

A repetição de fontes ou de fontes diferentes, mas que falam a partir de uma mesma formação ideológica (a partir de uma mesma “perspectiva”), em diversas revistas semanais, espaços, *a priori*, destinados à análise e reflexão dos fatos, expõe a dificuldade do jornalismo em construir um discurso menos dependente dos atores ligados aos poderes político e econômico. A ampliação do número de fontes a ser consultada constitui-se em desafio para a publicação de matérias ambientais, ainda

mais diante de uma rotina caracterizada pela corrida contra o tempo, o excesso de trabalho e os cortes financeiros, entre outros fatores.

Assim, os discursos que deveriam ser ambientais são realocados para outros campos, nos quais são ressignificados, na maior parte das vezes, por uma perspectiva ecotecnocrática – aquela em que o meio ambiente é ferramenta para o crescimento econômico, não como questão transversal, antes, como assunto a ser controlado no seio da expansão de negócios, pelo surgimento de novas tecnologias e menos no contexto de embates éticos e políticos. O que merece relevo são as soluções para as mudanças climáticas em função de tecnologias eficientes, mecanismos de mercado, não registrando a problemática mais profunda que perpassa o tema e envolve, em tese, padrões desenvolvimentistas e de consumo.

O resultado encontrado aponta o econômico como foco central da pauta jornalística. Este fenômeno parece estar ligado ao funcionamento do jornalismo, como foi demonstrado a partir das teorias e análises do uso de fontes. Por outro lado, também reforça a ideia de que a construção discursiva se dá a partir de condições socio-históricas dadas, conforme a Análise do Discurso. As mudanças climáticas e seus embates políticos, econômicos, sociais e culturais, a partir da organização das COP pela ONU, são construídas discursivamente como um aspecto formal de negociação, um balcão de negócios de governos e empresários internacionais que julgam o quanto podem “perder” caso seja necessário uma rápida redução de gases de efeito estufa. Esse medo de “perder” revela uma visão imediatista que não percebe a necessidade do agir pensando no direito à vida de todos os seres, inclusive aqueles que ainda não nasceram. E o jornalismo observado nessa análise não consegue romper com essa lógica e reforça a sustentabilidade na perspectiva ecotecnocrática. Os interesses econômicos aos quais as revistas investigadas estão submetidas talvez justifiquem em parte o tipo de cobertura. No entanto, o viés adotado por elas pode não ser o melhor, pois os interesses comerciais não devem suplantam o interesse público que pauta a missão essencial do jornalismo.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. A COP15: apontamentos de campo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 121-132, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030142010000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2011.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **La Construcción de la noticia**. Buenos Aires: Paidós, 1989.

BENETTI, Márcia. Análise do discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia ; BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 107-122.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar.2000.

CAPRA, Fritjof. Falando a linguagem da natureza: princípios da sustentabilidade. In: CAPRA, Fritjof ; STONE, Michael K.; BARLOW, Zenobia (Orgs). **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006. p.46-57.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

ERBOLATO, Mario. **Técnica de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição do jornal diário. Petrópolis: Vozes, 1985.

FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2001.

IMBERT, Gérard; BENEYTO, José Vidal. **El País**: o la referencia dominante. Barcelona: Mitre, 1986.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2010.

PAINTER, James. **Media interest in climate change takes a dive**. Disponível em <<http://politicsinspires.org/2011/01/media-interest-in-climate-change-takes-a-dive/#more-271>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

_____. **Reporting Climate Change at Copenhagen and Beyond**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010.

PARRATT, Sônia F. **Medios de comunicación y medio ambiente**. Madrid: Fragua, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

RAYNAUT, C. **Atrás das noções de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável**: questionando algumas representações sociais. 2006. 15 p. (mimeo).

SOLOSKI, John. O Jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1999.

SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

STRAUCH, Manuel Christoph. **Meio Ambiente nos jornais de Porto Alegre**: um panorama da abordagem ambiental no Correio do Povo, Jornal do Comércio, O Sul e Zero Hora. 2002. 68 f. Monografia desenvolvida na disciplina Projeto Experimental em Relações Públicas I, UFRGS, Departamento de Comunicação Social, Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, 2002.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **Meetings**. Disponível em: <<http://unfccc.int/meetings/items/2654.php>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

Discourses and voices in the press coverage of COP 15 and 16

Abstract: The paper presents an analysis of press coverage of the United Nations Conference on Climate Change - COP 15 and 16 - in Brazilian magazines published in 2009 and 2010. It examines how the discourse about sustainability was built and the voices invoked. Through the reading, theoretically and methodologically based on the discourse analysis and analysis of sources, it was observed the predominance of an eco-technocratic discourse and the privileged option for sources from political and economic fields.

Keywords: Journalism. Coverage. Discourse. Sources. Sustainability.

¹ Utiliza-se neste trabalho a sigla da Convenção tal como é grafada a partir do seu nome em inglês *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC), por ser amplamente utilizada no Brasil tanto na imprensa quanto no meio acadêmico.

² Apesar de este artigo se deter no *corpus* recortado das revistas semanais de informação, cabe salientar que em sua totalidade a pesquisa englobou também os jornais brasileiros *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora* e os portugueses *Público*, *Diário de Notícias* e *Expresso*.

³ Climatologistas têm chamado o período de estabilidade climática vivido pela Terra há 10 mil anos de estado de holoceno, um período nem muito frio, nem muito quente. Foram essas condições estáveis que permitiram o pleno desenvolvimento do *Homo sapiens*.

⁴ Conforme Fritjof Capra, aplicando a teoria dos sistemas pode-se identificar conceitos essenciais que descrevem os padrões e os processos pelos quais a natureza sustenta a vida. Tais conceitos podem ser denominados de “princípios da ecologia, princípios da sustentabilidade ou princípios da comunidade [...]” (CAPRA, 2006, p.51). Entre os mais importantes desses conceitos estão o de redes, sistemas aninhados, interdependência, diversidade, ciclos, fluxos, desenvolvimento e de equilíbrio dinâmico.

⁵ A I Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo, foi realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia. Foi o primeiro grande encontro internacional, com representantes de diversas nações, para a discussão dos problemas ambientais. Nela foi discutida principalmente a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. A II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, a Rio92, foi realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Teve como principal tema a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e sobre como deveria reverter o processo de degradação ambiental. O principal documento assinado na conferência foi a Agenda 21, que consistiu em um conjunto de ações e políticas a ser implantado por todos os países participantes do evento, com o fim de promover uma nova política de desenvolvimento, pautada na responsabilidade ambiental.

⁶ GANS, H. *Deciding what's news: A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek and Time*. Nova York: Pantheon Books, 1979.

⁷ Jornais de circulação regional no Rio Grande do Sul.

Recebido: 16/05/2012

Publicado: 19/12/2013

